

Pedessistas apóiam ampliação da anistia a militares

O PDS apóia a ampliação da Lei de Anistia —assinada em 1979 pelo ex-presidente João Figueiredo—, na forma proposta pela emenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS) ou através de outro texto, originário das negociações empreendidas pelo presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. A emenda Uequed —beneficiando militares e civis que não alcançaram a anistia concedida pelo governo Figueiredo— é de difícil aceitação pelos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica.

De acordo com o deputado Prisco Viana, líder do PDS na Câmara, seu partido “está com o princípio da anistia. Se a emenda Uequed não convém, que a maioria cuide de

modificá-la antes que chegue ao plenário”. “Se o PMDB, o PFL e o governo não chegarem a um entendimento sobre a emenda, o PDS apoiará a proposta atual”, afirmou Prisco.

Para o líder em exercício do PMDB na Câmara, Valmor Giavarina (PR), 51, deverá vingar uma proposta concedendo promoção aos militares cassados, deixando-os porém na reserva, “com indenização”.

Saboia

O ministro da Marinha, almirante Henrique Saboia, 60, disse ontem, durante as comemorações do 71º aniversário da Esquadra Brasileira, no Rio, que considera “inviável e

sem cabimento técnico” a reintegração dos militares cassados nos quadros das Forças Armadas. Para o ministro, houve, em todas as promoções ocorridas depois de 64, “um processo seletivo do qual este grupo de militares não participou”, e que tornaria impossível a reincorporação.

Disse também que o pagamento dos soldos atrasados e de indenizações aos militares que seriam novamente incorporados “sacrificariam o Tesouro Nacional”. Para Saboia, a proposta conciliatória que prevê a reincorporação dos militares e sua passagem imediata para a reserva, sem o pagamento de indenizações e atrasados, poderia “ser analisada”.